Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e Relatório dos Auditores Independentes

UPA EDEN - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS – UPA - EDEN /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0017-92 Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanços patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 18



Av. Queiroz Filho, 1700 – 6° andar - 608 Sunny Tower – Torre D 05319-000 - São Paulo – SP – Brasil Tel: (11) 3862-1844 – Fax: (11) 3873-7342 sgs@sgsauditores.com.br www.sgsauditores.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da

<u>UPA EDEN - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA - EDEN /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA - C N P J 50.795.566/0017-92</u>

Sorocaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UPA EDEN - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS – UPA - EDEN /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA – C N P J 50.795.566/0017-92, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPA EDEN - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS — UPA - EDEN /GERENCIADO PELO BANCO DE OLHOS DE SOROCABA — C N P J 50.795.566/0017-92 em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa no. 02, em 31 de dezembro de 2019 a filial incorreu passivo a descoberto no montante de R\$ 12.889.093 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 9.757.381, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020.

SGS Auditores Independentes CRC 2 SP 020.277/0-5



Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

ATIVO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição		-	-
Aplicações Financeiras - sem restrição	03	47.055	18.414
Convênios a receber	04	5.905.700	4.881.759
Adiantamentos		30.500	54.288
Estoques		611.351	491.285
Outros ativos circulantes	. -	7.590	7.334
Total do ativo circulante	<u>-</u>	6.602.196	5.453.080
~			
NÃO CIRCULANTE			
Deposito judicial		155.373	97.307
Imobilizado líquido	05	652.017	775.759
Total do ativo circulante	-	807.390	873.066
	_		
TOTAL DO ATIVO	_	7.409.586	6.326.146



Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

PASSIVO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores		404.789	427.968
Obrigações sociais e fiscais		146.597	149.258
Provisão de férias e encargos		510.101	499.617
Empréstimos filiais	80	15.282.605	11.780.630
Outros passivos circulantes		15.485	16.017
Total do passivo circulante		16.359.577	12.873.490
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos filiais	80	3.939.102	4.726.922
Total do passivo não circulante		3.939.102	4.726.922
PATRIMONIO LÍQUIDO		(40.000.000)	(4.4.07.4.000)
Patrimônio líquido/passivo a descoberto		(12.889.093)	(11.274.266)
Total do patrimônio líquido/passivo a descoberto		(12.889.093)	(11.274.266)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		7.409.586	6.326.146



Demonstrações do Resultado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	Nota	2019	2018
RECEITAS			
Contrato de Convênio (-) abatimento	07 07	28.295.868 -	24.689.251
Total Receita		28.295.868	24.689.251
CUSTOS OPERACIONAIS Custos dos serviços prestados		(26.537.979)	(26.139.597)
Receita operacional líquida		1.757.889	(1.450.346)
DESPESAS			
Administrativas e gerais Serviços de terceiros Manutenção Depreciação Total das despesas	06	(665.555) (1.936.208) (357.964) (111.173) (3.070.900)	(662.516) (1.967.445) (398.996) (114.952) (3.143.909)
Superávit/(déficit) operacional		(1.313.011)	(4.594.255)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS Outras receitas Resultado financeiro líquido Total das receitas/(despesas) operacionais		7 (374.846) (374.839)	(380.490) (380.490)
Superávit/(Déficit)do exercício		(1.687.850)	(4.974.745)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido/Passivo a Descoberto Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	Patrimônio <u>Líquido</u>	<u>Outras</u> <u>Reservas</u>	Superávit/ (Déficit) Acumulado	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	(6.314.860)			(6.314.860)
Transferência de Patrimônio Líquido	15.339	-	-	15.339
Déficit do exercício	-	-	(4.974.745)	(4.974.745)
Transferência de déficit sem restrição	(4.974.745)	-	4.974.745	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	(11.274.266)			(11.274.266)
Baixa imobilizado	(12.649)	-	-	(12.649)
Déficit do exercício	-	-	(1.687.850)	(1.687.850)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	85.672	85.672
Transferência de déficit sem restrição	(1.687.850)	-	1.687.850	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	(12.974.765)		85.672	(12.889.093)



Demonstrações Condensadas do Fluxo de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS Superávit (déficit) do período	(1.687.850)	(4.974.745)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa: Depreciação e amortização Baixa patrimonial	111.173 -	114.952 15.339
Ajuste de exercício anterior Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	85.672 -	25.707
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras Convênios a receber Adiantamentos Estoques Outros ativos	(28.641) (1.023.941) (120.066) 23.788 (58.322)	861.402 (1.234.463) (115.311) (17.930) (97.567)
Aumento (redução) do passivo Fornecedores Obrigações sociais e fiscais Provisão de férias e encargos Outros passivos	(23.179) (2.661) 10.484 (612)	109.621 3.369 26.130 (1.005)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	(2.714.155)	(5.284.501)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Aumento do ativo imobilizado Transferência patrimônio (matriz para filial) Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	<u>-</u>	- - -
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Recebimentos de empréstimos e financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos Recebimentos de empréstimos – Matriz	(787.820) 3.501.975	5.284.501
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	2.714.155	5.284.501
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	-	-
Caixa e equivalentes no início do período Caixa e equivalentes no fim do período		-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	<u> </u>	<u> </u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas Explicativas da Administração ás Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Olhos de Sorocaba portador do CNPJ n.º 50.795.566/0001-25 qualificada como Organização Social de Saúde é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecido juridicamente de Utilização Pública Estadual pelo Decreto n.º 6.670, publicado no D.O.E. de 28/03/1990. O Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Sorocaba e o Banco de Olhos de Sorocaba tem como objeto a implantar, gerenciar, e executar as ações e serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 HORAS, denominada UPA do Éden - O convênio foi assinado em 15 de julho de 2015, com vigência de 18 (dezoito) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado desde que haja parecer favorável da Comissão de Avaliação e Acompanhamento, até o limite de 60 (sessenta) meses.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 a filial incorreu passivo a descoberto no montante de R\$ 12.889.093 e deficiência de capital de giro no montante de R\$ 9.757.381, respectivamente. Fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.



RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2019.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.



3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÃO

	2019	2018
Aplicações em fundos de investimentos	47.055	18.414
Total	47.055	18.414

4. CONVENIOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Entidade mantém registrado nessa rubrica o montante de R\$ 5.905.700 e de R\$ 4.881.759, respectivamente, decorrentes de valores em atrasos, provenientes do Contrato de gerenciamento da UPA - EDEN. Não foi constituído Provisão para créditos de liquidação duvidosa para essa operação, pois a Administração entende que tais recursos serão recebidos em 2019.

5. IMOBILIZADO

Os valores registrados como imobilizado foram transferidos da Matriz para a filial (UPA - EDEN), enquanto da vigência do contrato, consequentemente os valores foram contabilizados diretamente no grupo "imobilizado" e a contra-partida no "patrimônio líquido" considerado como transferência de patrimônio.

6. DESPESAS DE MANUTENÇÃO

Durante os exercícios de 2019 e de 2018 foram aplicados valores para manutenção predial principalmente na estruturação e operacionalização, conforme abaixo:

	2019	2018
Conservação predial	(252.777)	(277.916)
Conservação de Equipamentos	(77.282)	(79.653)
Conservação de Maquinas	(678)	(7.326)
Outros	(27.227)	(34.101)
Total	(357.964)	(398.996)



7. CONTRATOS DE CONVÊNIOS

Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a entidade faturou pelos serviços prestados através de Contrato de Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Sorocaba cujos valores contabilizados em receita:

	2019	2018
Contrato de Convênio - Pré-fixado	23.163.242	19.751.401
Contrato de Convênio - Pós-fixado	5.132.626	4.937.850
Total	28.295.868	24.689.251

8. EMPRÉSTIMOS MATRIZ/FILIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Entidade mantém registrado nessa rubrica o montante de R\$ 19.221.707 e de R\$ 16.507.552, respectivamente, decorrentes de valores em atrasos, provenientes do Contrato de gerenciamento da UPA-EDEN.

Objetivando a manutenção do referido contrato de gerenciamento foi transferido recursos da matriz, a fim de cobrir as despesas mensais.

9. EXECUÇÃO DO CONVENIO DE GERENCIAMENTO DA UPA ÉDEN

Relatório de Produção de Atendimento de Consulta do Contrato de Convênio 2019.

Competência	Metas de Atendimentos	Nº Atendimentos Totais Realizados	% Realizado x Contratado
jan/19	31.700	31.220	98,49%
fev/19	31.700	26.821	84,61%
mar/19	31.700	33.970	107,16%
abr/19	31.700	34.720	109,53%
mai/19	31.700	35.313	111,40%
jun/19	31.700	37.127	117,12%
jul/19	30.793	29.525	95,88%
ago/19	30.000	29.696	98,99%
set/19	30.000	31.453	104,84%
out/19	30.000	35.225	117,42%
nov/19	30.000	30.055	100,18%
dez/19	30.000	28.996	96,65%
TOTAIS	370.993	384.121	103,54%

Relatório de Produção de Atendimento de Consulta do Contrato de Convênio 2018.



Competência	Metas de Atendimentos				
jan/18	31.700	28.583	90,17%		
fev/18	31.700	26.307	82,99%		
mar/18	31.700	33.126	104,50%		
abr/18	31.700	34.655	109,32%		
mai/18	31.700	34.607	109,17%		
jun/18	31.700	36.182	114,14%		
jul/18	31.700	32.353	102,06%		
ago/18	31.700	31.127	98,19%		
set/18	31.700	32.532	102,62%		
out/18	31.700	34.407	108,54%		
nov/18	31.700	33.650	106,15%		
dez/18	31.700	30.179	95,20%		
TOTAIS	380.400	387.708	101,92%		



10. ATENDIMENTOS DO CONVENIO GERENCIADO DA UPA ÉDEN

Metas Totais Incluindo: Consultas, Procedimentos e Sadts (exames)

Ano 2019

		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Total de Metas Anual
	Clínica Médica	11.661	9.868	11.405	10.990	11.429	12.115	10.808	10.433	10.563	11.333	10.081	10.541	131.227	-
Atenção Médica	Pediatria	3.652	3.257	5.281	6.099	5.971	6.215	3.724	4.143	4.871	5.963	4.641	3.657	57.474	-
	TOTAL MEDICAS	15.313	13.125	16.686	17.089	17.400	18.330	14.532	14.576	15.434	17.296	14.722	14.198	188.701	190.200
	Enfermeiro	15.313	13.125	16.686	17.089	17.400	18.330	14.529	14.576	15.434	17.296	14.722	14.198	188.698	180.000
Consultas	Farmacêutico	43	39	41	42	42	42	39	42	42	41	39	41	493	240
não Médicas	Assistente Social	551	532	557	500	471	425	425	502	543	592	572	559	6.229	1.200
	TOTAL NÃO MEDICAS	15.907	13.696	17.284	17.631	17.913	18.797	14.993	15.120	16.019	17.929	15.333	14.798	195.420	181.440
Procediment o de	Atendimento de enf. geral	62.290	26.562	31.763	33.713	33.730	35.181	30.481	30.205	31.757	35.691	31.015	31.540	413.928	254.532
Enfermagem	TOTAL PROC. ENFERMAGEM	62.290	26.562	31.763	33.713	33.730	35.181	30.481	30.205	31.757	35.691	31.015	31.540	413.928	254.532
Cirurgias Ambulatoriai	Suturas, etc	719	335	348	343	341	292	301	332	340	468	385	459	4.663	5.424
S	TOTAL CIRURGIA AMB.	719	335	348	343	341	292	301	332	340	468	385	459	4.663	5.424
	Exames laboratório em geral	13.777	11.363	12.076	13.692	13.830	14.380	11.224	12.009	12.631	14.136	13.100	13.680	155.898	110.400
	Radiologia	3.773	3.656	4.323	4.434	4.439	5.654	4.459	4.682	4.772	5.066	3.989	4.021	53.268	61.872
SADT	Eletrocardiograma	738	685	777	839	808	780	826	765	658	867	713	755	9.211	4.956
	Ultrassonografia de urgência	•	-	-	ı	ı	ı	18	23	26	35	28	50	180	-
	TOTAL SADT	18.288	15.704	17.176	18.965	19.077	20.814	16.527	17.479	18.087	20.104	17.830	18.506	218.557	177.228
Outres	Nutrição e Dietética	2.314	2.362	2.368	2.760	2.859	3.166	2.981	2.319	3.021	3.639	2.960	3.020	33.769	-
Outros Atendimento	Farmácia de Distribuição	1.194	1.010	1.886	1.576	1.398	1.236	874	614	607	716	831	889	12.831	-
S	Remoção	357	317	301	437	348	466	224	-	-	-	-	-	2.450	-
	TOTAL GERAL	116.382	73.111	87.812	92.514	93.066	98.282	80.913	80.645	85.265	95.843	83.076	83.410	1.070.319	808.824

OBS.: Alteração de metas em atenção médica, inclusão de ultrassonografia de urgência e exclusão de remoção em 15/07/2019.



Ano 2018

		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	Total de Metas Anual
Atenção Médica	Clinica Médica	11.290	10.219	11.397	11.285	11.037	11.977	12.071	10.993	10.894	10.951	11.207	10.614	133.935	=
	Pediatria	2.674	2.625	5.031	5.740	6.015	5.839	3.841	4.291	5.113	5.973	5.273	4.181	56.596	-
	TOTAL MEDICAS	13.964	12.844	16.428	17.025	17.052	17.816	15.912	15.284	16.007	16.924	16.480	14.795	190.531	200.400
Consultas não Médicas	Enfermeiro	13.964	12.841	16.428	17.026	17.372	17.820	15.912	15.284	16.007	16.924	16.481	14.795	190.854	180.000
	Farmacêutico	40	38	41	41	40	40	43	42	44	41	45	43	498	240
	Assistente Social	615	581	229	563	399	510	486	517	474	518	544	546	5.982	1.200
	TOTAL NÃO MEDICAS	14.619	13.460	16.698	17.630	17.811	18.370	16.441	15.843	16.525	17.483	17.070	15.384	197.334	181.440
Procedimento de Enfermagem	Atendimento de enf. geral	29.556	26.954	34.770	33.880	32.506	34.593	34.960	31.366	31.488	31.719	31.953	29.013	382.758	254.532
	TOTAL PROC. ENFERMAGEM	29.556	26.954	34.770	33.880	32.506	34.593	34.960	31.366	31.488	31.719	31.953	29.013	382.758	254.532
Cirurgias Ambulatoriais	Suturas, etc	412	389	191	349	251	262	339	309	375	461	355	448	4.141	5.424
	TOTAL CIRURGIA AMB.	412	389	191	349	251	262	339	309	375	461	355	448	4.141	5.424
SADT	Exames laboratório em geral	14.501	13.874	12.616	10.881	12.033	13.136	13.700	12.326	12.203	12.229	13.843	12.411	153.753	110.400
	Radiologia	3.945	3.877	4.593	5.034	4.976	5.550	4.986	4.547	5.105	5.139	4.919	4.055	56.726	61.872
	Eletrocardiograma	647	670	608	626	667	600	727	689	806	712	700	629	8.081	4.956
	TOTAL SADT	19.093	18.421	17.817	16.541	17.676	19.286	19.413	17.562	18.114	18.080	19.462	17.095	218.560	177.228
Outros Atendimentos	Nutrição e Dietética	2.337	2.040	2.920	2.541	2.897	3.330	2.231	2.638	2.363	2.639	3.089	1.498	30.523	-
	Farmácia de Distribuição	4.131	3.124	4.142	3.799	3.912	3.754	4.151	4.141	3.647	1.891	1.486	1.502	39.680	-
	Remoção	331	319	342	316	321	324	333	315	289	288	289	344	3.811	-
TOTAL GERAL		84.443	77.551	93.308	92.081	92.426	97.735	93.780	87.458	88.808	89.485	90.184	80.079	1.067.338	819.024



11. CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º da CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo;

12. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIUBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Financeiras, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 41 do Estatuto Social).
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 42 do Estatuto Social).
- c) Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

13. CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO.

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, consequentemente usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a Entidade é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido;



14. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para usufruir da isenção tributária, cumpre os seguintes requisitos: Estatutários

- Não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade publicas consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo.

15. OPERACIONAIS CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidades de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, dos documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpri as obrigações assessórias estabelecidas na legislação tributárias;
- Elabora as demonstrações financeiras e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.